

AS ESCOLAS NORMAIS NO BRASIL: do império à república

Ana Regina Ferreira de Barcelos*

Marilândes Mól Ribeiro de Melo**

ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPEZ, A. P. C. (Orgs). *As escolas normais no Brasil: do império à república*. Campinas. SP: Alínea. 2008.

O livro *As Escolas Normais no Brasil. Do Império à República*, composto por 22 artigos elaborados por 31 pesquisadores, convida-nos a percorrer o Brasil, a fim de conhecer o movimento histórico-educacional de criação e consolidação das Escolas Normais ao longo do século XIX e início do século XX. Esse movimento é amparado e entrelaçado nas distintas regiões estudadas, por um desejo de modernização e urbanização.

A coletânea cobre a trajetória da Escola Normal em dezoito estados brasileiros com uma abordagem cronológica: dois estudos referem-se ao Primeiro Reinado (Niterói e Bahia), quatorze fazem menção ao Segundo Reinado (Mato Grosso, São Paulo (2), Piauí, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio de Janeiro (2), Goiás e Ceará), e seis capítulos abarcam o período republicano (Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Brasília). O estudo também aborda uma dimensão regional, pois contempla cinco estados da Região Nordeste, três estados na Região Sudeste, quatro estados na Região Centro Oeste, e os três estados da Região Sul. A única região do País não mencionada nessa obra foi a Norte; os autores optaram por tratar esse objeto de estudo em sua gênese e/ou trajetória.

A busca pela modernização e urbanidade é também expressada materialmente pela arquitetura escolar, testemunha do valor da educação como promotora desse processo, além

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: anafbarcelos@yahoo.com.br.

** Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: marilandesmel@bol.com.br.

da necessidade de qualificação do corpo docente por meio de sua formação e do ensino, exigências clamorosas nesses contextos.

A abrangência do trabalho proporcionado pelos autores nos oferece um panorama da institucionalização da educação brasileira de modo amplo, bem como das Escolas Normais de modo específico, ao utilizarem uma diversidade de fontes de pesquisa. Entre documentos oficiais, legislação, livros utilizados, discursos jornalísticos, arquitetura dos edifícios, entrevistas com professores oriundos dessas escolas e imagens, os autores enriquecem o estudo e disponibilizam vestígios, que nos auxiliam a compor o mosaico que constituía a Escola Normal, anteriormente atravessada por interesses e disputas de toda ordem.

Ao longo do estudo, é possível perceber a intermitência do processo de criação das Escolas Normais marcada por seu “nascimento, apogeu, ocaso e (re)nascimento”, como representação das luzes e da vida no aspecto referente à necessidade de um lugar específico para a formação de professores (BRZEZINSKI, 2008). Durante o período imperial, as condições do ensino público eram precárias. Segundo Rocha,

o número de escolas era reduzido, as instalações inadequadas. Sem mobiliário condizente e com parco material didático, funcionavam com número reduzido de professores, que trabalhavam em condições extremamente desvantajosas e recebiam baixos salários (2008, p. 47).

O quadro descrito pelo autor revela o retrato da educação no período do Império na maioria das províncias do País, situação permeada por avanços e recuos que se estenderam pelos estados até a primeira metade do século XX. Ao longo dos textos, os autores destacam que desde o início, o magistério apresentava-se como uma profissão pouco rentável. Ainda que as disputas e as preocupações com a constituição da educação pública e com a formação de mestres estivessem centradas no conhecimento universal e na formação da intelectualidade, como projeto modernizante da educação e dos estados de modo geral, a convergência dos trabalhos indica a necessidade de criar novos hábitos de consumo, estabelecer novos padrões de mobilidade social, e divulgar os valores específicos da sociedade urbano-industrial, preconizados pelo desejo de modernização, questão impensável sem o enfrentamento das questões educacionais.

O estudo retrata o processo de institucionalização da educação brasileira, e destaca a atenção destinada à preparação específica dos professores para o exercício do magistério nas escolas primárias, como responsáveis pela “tarefa de educar a infância” (ARAÚJO, AQUINO e LIMA, 2008, p. 191), ou seja, pela formação da nova mentalidade do povo brasileiro.

Registra igualmente a transição da hegemonia exercida pela igreja sobre a educação, que a partir do século XIX é paulatinamente assumida pelo Estado.

Esse projeto de modernização dos estados por meio da atualização da educação é posteriormente, foco da ação e irradiação do movimento dos reformadores da educação brasileira do início do século XX, que, na busca da formação de uma cultura pedagógica nacional, na relação teórica e prática, na formação do professor e profissionalização da educação também se dão pela inserção das chamadas “Ciências Fontes da Educação”, o que caracteriza a construção do campo educacional em bases científicas. A educação se caracteriza como formadora da nacionalidade, e a organização nacional era pensada a partir da organização da cultura. Os professores devem ser entronizados na “arte de ensinar como uma arte de fazer ativo” (ARAUJO, AQUINO e LIMA, 2008, p. 196).

“A consolidação dos Estados modernos e a criação de um corpo de funcionários públicos encarregados de desenvolver a tarefa de transmissão de conhecimento” (VILELLA, 2008, p. 28) tornam-se o ponto de partida para a profissionalização do corpo docente, função até então prioritariamente exercida pela igreja e por mestres pouco preparados. Inicialmente, nas províncias e estados, observou-se uma tendência à priorização do acesso dos homens aos cursos de formação de professores que paulatinamente cedeu espaço à inserção das mulheres no magistério, constituindo um campo profissional fortemente marcado pela feminização.

No século XX, a crescente responsabilização do Estado na tarefa de conduzir a educação intensifica o processo de controle sobre o grupo de professores, por meio do estabelecimento de critérios de formação, avaliação e concursos, que lançam as bases para constituição de uma carreira profissional. No entanto, o embrião das primeiras mudanças já se manifestava na segunda metade do século XIX. Na obra *As Escolas Normais no Brasil: Do Império à República*, a Escola Normal é abordada como lugar de formação de professores em uma perspectiva da modernidade, como “um ato de consciência sobre as possibilidades de inovar em matéria de educação” (DAROS e DANIEL, 2008, p. 358). Enfim, o processo de constituição das Escolas Normais no Brasil realizado ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, pode ser considerado, como propõem Motta e Nunes, “o século da educação e da escolarização” (2008, p. 300).

Recebido em: março de 2011
Aprovado em: maio de 2011